

## Aperfeiçoamento Frente Parlamentar Mista é lançada em Brasília

Pág. 3



Carlos Humberto / ASICS / TSE

### Entidades propõem alterações nas eleições dos Tribunais de Justiça

Pág. 5

### Ato público reivindica mais segurança para magistrados

Pág. 7

### Amam participa do Fórum de Juízes de Violência Doméstica

Pág. 6

## Avançamos em 2011, mas ainda há muito a fazer

Dois mil e onze se encerra com um sentimento de dever cumprido. Das propostas que apresentamos quando tomamos posse, obtivemos êxito em várias delas. A realização de jornadas de estudos no interior do Estado, por exemplo, permitiu que os colegas discutissem questões relacionadas à melhor prestação jurisdicional; a luta incessante pelo atendimento às prerrogativas dos magistrados como movimentação na carreira, finalização do concurso da magistratura e pagamento de subsídios garantidos pela legislação brasileira, entre outros assuntos.

No final de novembro, tivemos a grata satisfação em participar da efetiva criação da Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, em Brasília (DF), iniciativa que surgiu em Mato Grosso, durante a visita do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, em junho. A Amam também esteve presente nos debates envolvendo as alterações nas eleições dos Tribunais de Justiça, pleiteando a participação de todos os magistrados de 1º e 2º graus, em atividade, nas escolhas dos órgãos diretivos dessas Cortes.

A Associação ainda participou de debates, junto aos magistrados trabalhistas que atuam em Mato Grosso, envolvendo a questão da segurança dos magistrados, recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos e uma política previdenciária adequada. A Amam também contribuiu com discussões envolvendo o combate à corrupção, buscando inclusive possíveis soluções visando superar esse mal social. Também em nível estadual, durante a nossa assembleia, percebemos a necessidade de realização de estudos sobre impactos do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos gabinetes. Uma comissão fará tais apontamentos.

Prestigiamos eventos como o 58º Encontro

Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge) e o III Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica Familiar contra a Mulher (Fonavid) por entendermos que discussões envolvendo o exercício da magistratura, seja em qual área for, só contribui para a melhor prestação jurisdicional, garantindo mais benefício em favor da sociedade.

Pensando nos associados e dependentes, a Amam firmou convênio com duas instituições de ensino: a Universidade de Cuiabá (Unic), que contempla cursos de graduação e pós-graduação, e a Lego Cursos, com descontos nos cursos de mestrado e doutorado na Argentina.

Pretendemos instalar, até o final do primeiro quadrimestre de 2012, a Escola da Magistratura Mato-grossense. Para que ocorra dentro das expectativas já estamos buscando referências junto à Fundação Escola do Ministério Público sobre o funcionamento e estrutura daquela instituição de ensino de modo que possamos filtrar as melhores experiências para ofertarmos, com segurança e compromisso, cursos ligados ao Direito.

Não estamos medindo esforços a fim de garantir que as prerrogativas dos magistrados sejam asseguradas, especialmente no que concerne a valorização da classe, por meio da movimentação na carreira e nas correções dos direitos que foram suprimidos durante anos e que, temos fé e esperança de que serão, enfim, garantidos.

A todos boas festas e que 2012 seja ainda mais próspero a toda magistratura mato-grossense.

**Agamenon Alcântara Moreno Júnior**  
Presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados

## Aperfeiçoamento da Justiça

### Frente Parlamentar Mista é lançada em Brasília

Restabelecer o canal entre os poderes Legislativo e Judiciário. Com esse intuito, foi lançada, em novembro, em Brasília (DF), a Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira.

A iniciativa de criação da Frente, inclusive, surgiu durante a visita a Cuiabá do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, em junho, quando entregou aos parlamentares da bancada federal mato-grossense uma relação dos projetos prioritários para a classe, em tramitação nas duas Casas Legislativas.

Segundo Calandra, por meio da Frente Parlamentar, os projetos de interesse da magistratura e do Judiciário poderão tramitar com mais rapidez e prioridade. O deputado federal Wellington Fagundes (PR/MT) coordenará a Frente juntamente com os senadores Pedro Taques e Jayme Campos (PDT/MT). O lançamento da Frente contou com a presença de diversas autoridades, inclusive o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Para presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), Agamenon Alcântara

Moreno Júnior, o lançamento da Frente Parlamentar consolida um anseio antigo da magistratura. "A aproximação do Judiciário com o Legislativo não só auxiliará no acompanhamento mais direto do andamento dos processos que envolvem a magistratura como também pode servir para que seus membros contribuam, dentro das devidas competências, com o aperfeiçoamento da legislação brasileira", disse.

A previsão é que a Frente reúna membros do Ministério Público Federal e magistrados de todo o país, para elencar as principais necessidades do judiciário.



Carlos Humberto / ASICS / TSE

## Engajamento

### Amam participa de debate sobre corrupção

No intuito de contribuir nos debates envolvendo o combate à corrupção, buscando inclusive possíveis soluções visando superar esse mal social, a Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam) participou, em novembro, da reunião do "Fórum Permanente de Interlocução: Ministério Público e Sociedade".

O evento, realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, contou com a presença de representantes de entidades civis. "Entendemos que a corrupção é um mal que deve ser permanentemente combatido", disse o presidente da Amam, Agamenon Alcântara Moreno Júnior. "E por isso fazemos questão de participar dos debates e, no que for possível, sugerir medidas que possam contribuir para a redução de registros desse mal social", completou.

**O Fórum** – Criado pelos titulares das promotorias de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos de Cuiabá (Meio Ambiente Natural e Urbano, Habitação, Patrimônio Público e Probidade Administrativa, Cidadania e Consumidor), o Fórum tem como objetivo estabelecer um mecanismo de cooperação e comunicação com entidades sociais, capaz de auxiliar e balizar os trabalhos daqueles órgãos de execução do Ministério Público, bem como permitir que eles prestem contas do que vêm sendo desenvolvido no exercício de suas atribuições.



## Errata Na página 8 do Informativo da Amam Novembro/2011, onde lê-se Onésimo Nunes de Paula, leia-se Desembargador Onésimo Nunes Rocha.

### EXPEDIENTE

Boletim Informativo da Associação Mato-grossense de Magistrados

GESTÃO Mudança e Integração

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Agamenon Alcântara Moreno Júnior

1º Vice-Presidente: Alex Nunes de Figueiredo

2º Vice-Presidente: Carlos Alberto Alves da Rocha

1º Secretário: Aristeu Dias Batista Vilella

2º Secretário: Anderson Gomes Junqueira

1º Tesoureiro: Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva

2º Tesoureiro: Juvenal Pereira da Silva

#### CONSELHO ADMINISTRATIVO:

Membros titulares:

Clarice Claudino da Silva

Gilberto Giraldelelli

Luiz Octávio Oliveira Sabóia Ribeiro

Jurandir Florêncio de Castilho

Gonçalo Antunes de Barros Neto

Lídio Modesto da Silva Filho

Alexandre Elias Filho

#### Membros Suplentes:

Márcio Aparecido Guedes

João Thiago de França Guerra

Michell Lotfi Rocha da Silva

Alexandre Delicato Pampado

Luís Otávio Pereira Marques

Avenida Hélio Ribeiro, s/nº, bairro

Residencial Paiaguás, Cuiabá-MT.

(65) 3631-1414 - (65) 3631-1651

amam.mt@terra.com.br

Twitter: @amammt

#### PRODUÇÃO

Pau e Prosa Comunicação

(65) 3664 3300

www.paueprosacom.br

contato@paueprosacom.br

## Verbas indenizatórias

# Comissão realiza estudo para garantir isonomia no pagamento a magistrados

Uma comissão de estudos criada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) será responsável por elaborar uma minuta de um projeto de lei a ser apresentada no Congresso Nacional, até 2012, propondo a regulamentação do pagamento de verbas indenizatórias, em especial, do auxílio-moradia, a todos os magistrados brasileiros - federais e estaduais. Essa medida foi tomada no último Conselho de Representantes da entidade classista da magistratura nacional, realizado no final de novembro.

O auxílio-moradia está previsto no artigo 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), considerada no inciso II uma "ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado". Além da Loman, há outros dispositivos legais que tratam do tema, a exemplo da Lei nº 8112 de 1992, conhecida como Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. O artigo 60-A dispõe que "o auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo servidor".

"Apesar da previsão em dispositivos legais, infelizmente, a maioria dos magistrados brasileiros não é contemplada por ausência de uma regulamentação única", afirmou o presidente da Amam, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, que foi nomeado membro

da referida comissão de estudos da AMB. "É válido lembrar que não se trata apenas de conforto mas, inclusive e principalmente, em assegurar que essa residência seja provida de condições mínimas de segurança ao magistrado", explicou.

Essa vantagem legal já é reconhecida aos membros do Ministério Público Federal (MPF) e até mesmo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). "Reivindicamos que o princípio da isonomia seja respeitado", lembrou Agamenon.

Nesse sentido, o magistrado reforçou a importância da interferência da AMB para garantir a aplicação do pacto federativo. "Temos legislação que abrange algumas vantagens peculiares, e o CNJ, inclusive, em alguns momentos, decidiu de forma conflitante, tirando benefícios da carreira como as verbas indenizatórias dos magistrados de Mato Grosso, por exemplo. Temos legislação própria que garante essas vantagens e, independentemente dessa legislação, o CNJ suspendeu a aplicação dessa lei", argumentou Agamenon.

A Amam possui um Procedimento de Controle Administrativo, em trâmite no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata do tema. "A intenção é que, com a experiência que tivemos em Mato Grosso, possamos contribuir a fim de evitar que, de forma equivocada, direitos já reconhecidos aos magistrados sejam subtraídos indevidamente", finalizou o magistrado.

## Prerrogativas

# Entidades classistas da magistratura propõem alterações nas eleições dos TJs

Participação de todos os magistrados de 1º e 2º graus, em atividade, nas eleições dos órgãos diretivos dos Tribunais de 2º grau. Essa é uma das propostas que será encaminhada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ao Congresso Nacional até o final do ano para alteração do artigo 96 da Constituição Federal, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), dispositivo que trata das competências dos Tribunais. Apenas a eleição dos cargos de corregedoria não seria contemplada com essa medida.

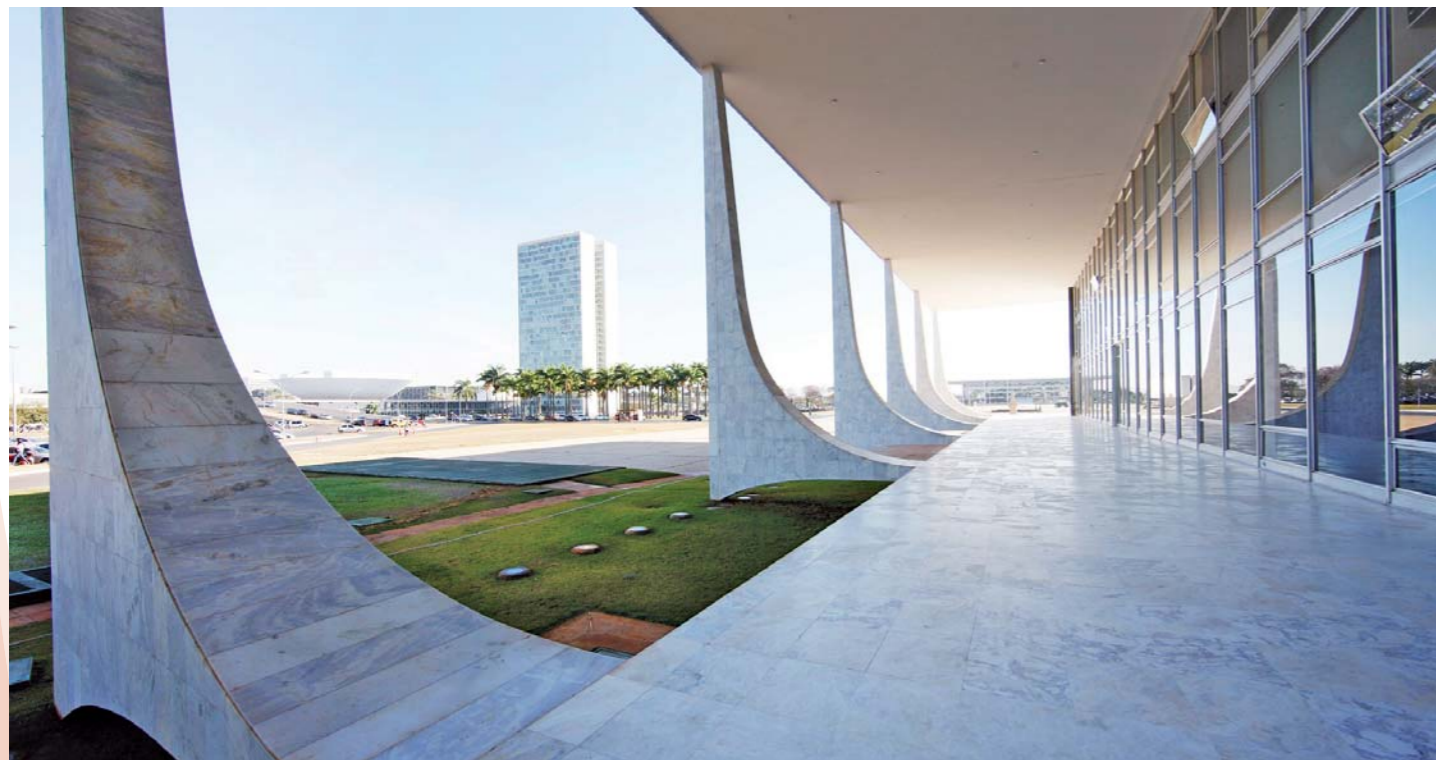
Isso porque, atualmente, apenas desembargadores podem eleger seus órgãos diretivos. Com a nova proposta, as alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 96 seriam reescritas. Dessa forma, segundo a nova alínea "a", seria de competência dos Tribunais "eleger seus órgãos diretivos, por maioria absoluta e voto direto e secreto, dentre os membros do Tribunal Pleno, exceto os cargos de corregedoria, por todos os magistrados em atividade, de primeiro e segundo graus, da respectiva jurisdição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução".

Ainda conforme a proposta, na alínea "b", caberia aos Tribunais "elaborar seus regimentos internos, com observância às normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a criação, a competência, a composição e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos".

As alíneas "b", "c", "d", "e" e "f" da Constituição Federal seriam renomeadas como "c", "d", "e", "f" e "g", sequencialmente. A nova redação traz ainda o acréscimo de um parágrafo único, lembrando que a alteração trazida pela alínea "a" "não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais Regionais Eleitorais (...) competindo-lhes eleger seus órgãos diretivos na forma dos seus regimentos internos, observando o previsto no §2º do artigo 120".

A redação final que será enviada ao Congresso Nacional foi aprovada por representantes das associações filiadas à AMB no último Conselho de Representantes da entidade classista nacional.

A Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam) participou ativamente dos debates. "Essa proposta marca a história da magistratura nacional uma vez que os magistrados de 1º grau são maioria no exercício da magistratura e nada mais que justo que eles participem da escolha dos componentes das Cortes de Justiça do país", disse o presidente da Amam, Agamenon Alcântara Moreno Júnior. "Esperamos, inclusive, que por meio da Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça, essa PEC seja aprovada o mais breve possível de modo que as próximas eleições nos Tribunais de Justiça adotem as novas medidas na escolha de seus membros diretivos", finalizou.



Assessoria de Comunicação STF / Carlos Humberto

## Processo Judicial Eletrônico

# Estudos analisam impactos sobre os gabinetes

Uma comissão formada pelos juízes de Direito Aristeu Dias Batista Vilella, Sebastião de Arruda Almeida, Valmir Alaércio dos Santos, Flávia Catarina Oliveira de Amorim Reis e João Thiago de França Guerra, será responsável por apresentar um estudo para adequação funcional dos gabinetes dos magistrados, objetivando a melhor prestação jurisdicional frente à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Essa foi uma das deliberações ocorridas na Assembleia Geral Ordinária da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), realizada no último dia 08 de dezembro.

Na oportunidade também foi definido que a Amam continuará atuando junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) cobrando a adoção de critérios objetivos nas futuras designações de magistrados às Comarcas assim como pleiteando a reclassificação de entrâncias para inicial, intermediária e final. "Entendemos que, dessa forma, a movimentação da carreira torna-se algo mais próximo da realidade dos magistrados mato-grossenses", disse o presidente da Amam, Agamenon Alcântara Moreno Júnior.

A Amam também permanecerá buscando celeridade nos processos relacionados ao critério de desempate na carreira, sem entrar no mérito das ações. Além disso, a proposta apresentada pelo 2º vice-presidente da Amam, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, de alteração do artigo 22, parágrafo 1º do Estatuto Social da Associação, possibilitando a reeleição do cargo de presidente também foi aprovada na Assembleia.

## Associação participa de abertura do III Fonavid

A Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), representada pelo 1º vice-presidente Alex Nunes de Figueiredo, esteve presente na abertura do III Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica Familiar contra a Mulher (Fonavid), realizado no mês de novembro, em Cuiabá.

Cerca de 200 pessoas entre magistrados, assessores e profissionais envolvidos com aplicação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, prestigiaram a abertura do evento, que contou com a apresentação cultural de Tião Simpatia, repentista que trata dos dispositivos da Lei Maria da Penha através de canções e recitação de poema.

“Não podemos nos manter isentos, como se nada ocorresse. Embora não tenhamos soluções para todos os problemas, e desconheço quem as tenha, muitas vezes abrimos mão da convivência com as nossas famílias para lutar por outras, por quem precisa”, disse a presidente nacional do Fonavid à época, juíza Luciane Bortoleto, do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de Curitiba (PR). Já a coordenadora de Ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Cinthia Barcelos Leitão Fischer Dias, falou sobre a importância da sensibilidade necessária para cada operador da Justiça, que atua nas varas de Violência Doméstica “Esses juízes tratam com pessoas, com homens, mulheres e crianças”.

**Nova diretoria** – Durante o evento foi eleita a nova diretoria do III Fonavid, que será presidida pela juíza Ana Cristina Silva Mendes, titular da primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Cuiabá, em Mato Grosso. O novo vice-presidente do Fonavid é o juiz Álvaro Kalix Ferro, representante do Estado de Rondônia.



### Juiz Responde

## Ressocialização e Direitos Humanos em pauta

Mais sete magistrados participaram do quadro “O Juiz Responde”, transmitido nas manhãs de sextas-feiras na rádio CBN, uma iniciativa da Amam com o objetivo de levar esclarecimentos aos ouvintes sobre assuntos jurídicos.

Os juízes de Direito Adilson Polegato (diretor do Fórum de Cuiabá), Alexandre Elias Filho (titular da 3ª Vara Especializada da Família e Sucessões da Comarca de Cuiabá) e Antonia Siqueira Gonçalves Rodrigues (4ª Vara Criminal da Comarca de Várzea Grande) falaram sobre a questão da Ressocialização de Presos, Guarda Compartilhada e Alienação Parental e Justiça Comunitária, respectivamente.

Já a juíza de Direito Amini Haddad Campos, designada à 13ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, tratou sobre a questão dos Direitos Humanos. Indenização por Dano Moral foi o tema abordado pela magistrada Ester Belém Nunes Dias (titular da 1ª Vara Cível de Várzea Grande), enquanto que os juízes de Direito Jorge Luiz Tadeu Rodrigues (3ª Vara Criminal da Comarca de Várzea Grande) e Hildebrando da Costa Marques (designado à 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá e coordenador no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMT) falaram sobre Crimes relacionados a entorpecentes e a Semana Nacional da Conciliação, respectivamente.

Os melhores momentos das entrevistas concedidas pelos magistrados serão reprisadas nos meses de dezembro e janeiro. Em fevereiro, o quadro retorna com entrevistas inéditas.

### Segurança

## Ato público reivindica garantia da integridade de magistrados

O presidente da Amam, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, participou, no final de novembro, do ato público realizado pelos juízes do trabalho, no plenário II do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 23ª Região).

Um dos aspectos abordados pelo magistrado foi a questão da segurança e as medidas adotadas pela Amam no sentido de garantir que a integridade de juízes e desembargadores seja preservada. “Contamos com o apoio da Polícia Militar para a proteção dos magistrados. A Secretaria Estadual de Segurança Pública designou, inclusive, que a segurança dos juízes ameaçados seja feita por policiais do Grupo de Combate ao Crime Organizado”, revelou aos presentes. “E manifestações como essas são importantes de modo a debater a questão da segurança em todo território brasileiro, para que se crie uma política nacional de proteção aos juízes”.

A recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos e uma política previdenciária adequada também foram tratadas. “Os ganhos da categoria em

nível nacional, certamente, se estenderão à estadual, já que as perdas nos subsídios também são sentidas pelos magistrados na esfera estadual”, finalizou Agamenon.



Assessoria de Comunicação TRT 23

### Convênios

## Amam firma parceria com instituições de ensino

A Universidade de Cuiabá (Unic) e Lego Cursos são as mais novas empresas conveniadas à Amam. Com a medida, associados, cônjuges e descendentes legais da Associação terão descontos em diversos cursos.

Na Unic, os descontos serão feitos sobre o valor da mensalidade nos cursos de graduação e pós-graduação da instituição de ensino superior. É necessário apenas que os beneficiados comprovem vínculo com a entidade classista da magistratura mato-grossense.

No caso da Lego Cursos, o convênio, que possui vigência de dois anos, contempla os seguintes cursos: mestrado em Aspectos Bioéticos e Jurídicos da Saúde e Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais, ambos realizados na Universidad del Museo Social Argentino (UMSA); e mestrado em Educação, na Universidade del Salvador (USAL), também na Argentina. Valores e descontos pertencentes ao

convênio aplicam-se aos alunos que iniciarem o curso no mês de janeiro de 2012.

**Prêmio** – E para comemorar a assinatura do convênio, a Lego Cursos ofereceu a isenção em matrículas para um curso de doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais, realizado na Universidad Del Museo Social Argentino. Os magistrados contemplados foram os juízes de Direito Tiago Souza Nogueira de Abreu (designado à 2ª Vara da Comarca de Peixoto de Azevedo e cumulativamente designado ao Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Matupá), Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli (titular da 2ª Vara da Família e Sucessões de Rondonópolis), Tatiane Colombo (designada à 1ª Vara Cível da Comarca de Tangará da Serra) e a desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak.

Confira a íntegra dos convênios no menu Convênios no site da Amam – [www.amamcba.org.br](http://www.amamcba.org.br).

### Solidariedade

## Salão de festas é palco de ações de Natal

A Amam firmou parceria com o Grupo Gazeta de Comunicação na Campanha Natal da Solidariedade, e com a Associação de Amigos da Criança com Câncer de Mato Grosso (AACC-MT), cedendo o espaço do salão de festas da entidade classista da magistratura para as ações comemorativas. No caso do Grupo Gazeta, o projeto tem como objetivo contribuir para um natal mais feliz a famílias carentes por meio da arrecadação de roupas, alimentos não-percíveis e brinquedos. Já a AACC-MT realizou um jantar de confraternização entre pacientes, familiares e parceiros do projeto.

# História

Natural de Morrinhos (GO), casado, pai de oito filhos e avô de dezessete netos, o desembargador Jurandir Florêncio de Castilho ingressou na magistratura mato-grossense em novembro de 1979, jurisdicionando nas Comarcas de Poxoréo e Cáceres. O magistrado comandou a Amam no biênio 1997-1998. Foi promovido desembargador em 1998 e aposentou-se em 2010. Aos 71 anos, relembra as obras realizadas na Amam durante a sua gestão e pontua que o esporte é uma alternativa para resgatar o convívio da magistratura mato-grossense na sede da associação.

## Quais foram os grandes feitos enquanto esteve na presidência da Amam?

A nossa administração foi marcada pela realização de obras e integração dos associados.

O parque aquático e mini-estádio foram construídos em duas gestões, a do Orlando Perri, quando eu era vice-presidente, e quando assumi a presidência. Quanto ao parque aquático, ficaram a cargo da nova diretoria todas as obras externas das piscinas, ou seja, o aterramento, pisos, deck, murro de arrimo, iluminação, instalação das máquinas. Quanto ao mini-estádio instalamos o alambrado, a iluminação e corrigimos o gramado.

É ainda da nossa administração a ampliação do salão de festa em 420 metros quadrados, para os fundos, onde construímos o palco, o camarim e os banheiros masculino e feminino. Canalizamos a rede de esgoto, com tratamento abaixo do lago, antes de cair no córrego.

Construímos a primeira quadra de tênis com a tecnologia da época, executada por uma construtora de Campo Grande e supervisionada pelo associado Gerson Paes. Aterramos um buraco enorme que havia ao lado das piscinas e construímos ali os quiosques que nas gestões posteriores foram ampliados com banheiros e churrasqueiras. Substituímos a iluminação do campo de futebol de cima, passando de 12.000 W para 18.000W.

## O que mudou de lá pra cá?

Nas duas gestões, a preocupação maior foi dotar a sede de atrativos à altura dos associados e família por isso a

disposição de um belo parque aquático, campos de futebol, amplo salão de festa e outras. Infelizmente, a nossa bela sede é muito pouco frequentada.

É preciso registrar que Associação, há doze anos, não tinha de enfrentar os problemas da classe na proporção que tem na atualidade. As nossas garantias eram respeitadas. A AMB reunia as associações, mais para troca de experiência, debater questões sociais do país com relação à justiça e apresentar soluções, do que problemas da classe, propriamente dita.

E os problemas da classe, principalmente na defesa de suas prerrogativas hoje exigem muito do seu presidente. Além de não ter descuidado desse dever, noto que teremos também, na atual gestão, alguns avanços na área social, objetivando a integração da classe e, nada melhor para isso, do que a dedicação ao esporte. Sugiro, inclusive, a criação de modalidades esportivas para a ala feminina, contemplando magistradas e esposas de magistrados, assim como para as crianças. Seria uma tentativa válida para atrair os colegas para o clube.

## O que espera da Amam nos próximos anos?

Esperamos que o colega Agamenon, com a sua inteligência, capacidade administrativa, humildade, facilidade de comunicação e integração com os colegas, leve até o fim de sua gestão a ótima administração que vem realizando até o momento e que conte sempre com esse associado.



## Dia da Justiça Clima de confraternização marca baile

Cerca de 200 pessoas, entre associados e familiares, da capital e do interior do Estado, participaram, no dia 07 de dezembro, do Baile da Justiça, realizado na sede da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam). A data festiva já faz parte do calendário oficial da entidade classista, em comemoração ao Dia da Justiça, celebrado no dia 08 de dezembro. Além da comemoração, os presentes aproveitaram para celebrar as conquistas da magistratura mato-grossense em 2011 como também para desejar que 2012 seja ainda mais próspero.

